



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das
Contas e Financiamentos
Políticos relativo às Contas da
Campanha Eleitoral para a
Eleição dos deputados à
Assembleia da Região
Autónoma dos Açores 2020,
realizada em 25 de outubro de
2020, apresentadas pela
Candidatura BE – Bloco de
Esquerda**

PA 7/ALRAA/20/2020

junho/2024



Índice

Índice.....	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução.....	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do Mandatário Financeiro	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações	7
4.1. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado	7
4.2. Confirmação de saldos de fornecedores da campanha – obtenção de resposta discordante	10
5. Conclusões.....	11
6. Direito ao Contraditório	12
Lista de Anexos.....	14



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020
Candidatura	BE – Bloco de Esquerda
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais (artigo 2.º, da Portaria n.º 27/2020, de 31 de janeiro)
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
BE	Bloco de Esquerda
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do partido BE



Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **Bloco de Esquerda**, relativa às contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha da eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo Partido **Bloco de Esquerda**, daqui em diante designado por **Candidatura**.

2. Método e Responsabilidade

2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:



- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;
- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no artigo 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a Lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por Lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º, da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

2.2. Responsabilidade do Mandatário Financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha da eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 55.706,29 EUR (Anexo I) e uma despesa total de 55.706,29 EUR (Anexo II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo nulo.

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de subvenção pública, no montante de 44.338,29 EUR e de contribuições de Partido Político, no montante de 11.368,00 EUR (Anexo I).



4. Resultados / Observações

4.1. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas. Acresce que, de acordo com a subalínea i) da alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003 e artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 2/2005, de 10 de janeiro).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, foram registadas no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, as despesas a seguir documentadas (cfr. fls. 80 conjugadas com fls. 115 a 116, 153, e fls. 171 e 172, todas do PA):



em Euros

Tipo de despesa	Fornecedor	N.º Doc.	Data	Montante	Valor divergente (s/IVA)	Descritivo detalhado	Preços unitários Listagem n.º 2/2020 (s/IVA)
Propaganda		1000001	21/10/2020	455,00	455,00	Prestação de serviços de sonorização durante a campanha eleitoral de 11.10.2020 a 23.10.2020 (13 dias) 35€/dia	IV - Comício, espetáculos e caravanas: 2 - Fornecimento de serviços: Apoio técnico Som (preço por dia): entre 900,00€ e 80,00€
Propaganda	CTT - Correios de Portugal	0001/0510012429	30/09/2020	2 690,01	2 187,00	Envio de Infomail 90,000un.: Pico 6.000un.; S. Jorge 4.000un.; S. Miguel 50.000un.; Terceira 22.000un.; Graciosa 2.000un.; Faial 6.000un. 0,0243€/un., 24,30 por Milheiro. 2.187,00€	II - Propaganda e Comunicação Impressa: 3 - Infomail - Distribuição de correio não endereçado (preço por milheiro), Ilhas: Até 30g, entre 50,20€ e 40,00€
Propaganda	Rainho & Neves	A/20200376	25/09/2020	8 420,03	6 845,55	Jornal "Candidatos", fto 25x36cm, 4 págs, 4/4, papel 50gr, 97.100 un.; Faial, 7.000 un.; Pico, 5.000 un.; Flores, 2.000 un.; Stª Maria, 1.900 un.; terceira, 22.000 un, 0,0705€/un.; 6.845,55€	II - Propaganda e Comunicação Impressa: 1,9 - Jornais de campanha, > 25.000 un., entre 0,20€/un. e 0,16€/un.

O cotejo entre os valores unitários dos bens e serviços adquiridos aos fornecedores “

”, “CTT – Correio de Portugal” e “Rainho & Neves” e os valores de mercado contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho, permitiu verificar que:

- A.** A Candidatura registou despesa referente a serviços de sonorização, no período de 11.10.2020 a 23.10.2020 (13 dias), pelo valor diário de 35,00 EUR.

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “IV – Comícios, espetáculos e caravanas”, ponto “2 – Fornecimento de Serviços”, subponto “2.1 – Apoio Técnico Som”, extrai-se que este valor se encontra 45,00 EUR abaixo do limite mínimo de referência, e;

- B.** A Candidatura registou despesas referentes ao envio de 90.000 unidades de “Infomail”, no valor unitário de 0,0243 EUR.

Do capítulo “II – Propaganda e Comunicação impressa”, ponto “3 – Infomail”, subponto “Ilhas: 3.2.1 – Até 30 g”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido para a aquisição de infomail é de 40,00 EUR por milheiro.



Assim, ao serem adquiridos infomail pelo valor de 23,40 EUR/milheiro, verifica-se a Candidatura pagou menos 16,60 EUR por milheiro que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido na Listagem n.º 2/2020.

- C. A Candidatura registou despesa referente a 97.100 unidades de jornais de campanha, no valor unitário de 0,0705 EUR.

Do capítulo “II – Propaganda e Comunicação impressa”, ponto “1 – Material impresso”, subponto “1.9 – Jornais de campanha”, da Listagem n.º 2/2020, resulta que o valor mínimo de referência de mercado estabelecido para a aquisição de 25.000 ou mais unidades de jornais de campanha é de 0,16 EUR por unidade.

Assim, ao serem adquiridos jornais pelo valor de 0,0705 EUR, verifica-se foi ultrapassado o limite mínimo de referência em 0,09 EUR por unidade.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a comprovar que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável.** Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas de A. a C. carecem de esclarecimento por parte da Candidatura por forma a que seja possível aferir da razoabilidade/justificação da despesa. Não o fazendo, estas situações consubstanciam a violação do disposto no artigo 12.º, nºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria (cfr por todos o Acórdão n.º 509/2023, de 18 de julho), os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de



aquisição e o valor de referência de mercado representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma.

4.2. Confirmação de saldos de fornecedores da campanha – obtenção de resposta discordante

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), subalínea ii), da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003, consideram-se despesas de campanha as efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral, retirando-se que todas as despesas relacionadas com a campanha devem ser contabilizadas como despesas eleitorais.

Por sua vez, o n.º 2 do mencionado artigo estatui que as despesas de campanha são discriminadas por categorias e devem devidamente documentadas, em consonância, aliás, com o que já decorre do artigo 15.º do mesmo diploma.

No âmbito da auditoria às contas da campanha eleitoral, foram realizados procedimentos autónomos de pedidos de confirmação de saldos e transações dos fornecedores da campanha, tendo ocorrido a situação de obtenção de uma resposta discordante do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, conforme detalhe a seguir apresentado:

- A. A Candidatura registou na contabilidade, nas contas “22 – Fornecedores” e “62 – Gastos” do Balancete (fls. 129 e 129 verso do PA), e nos mapas M7 e M8 (fls. 80 e 81 do PA) despesas relativas ao fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, no valor de total de 8.851,79 EUR, e;



- B. A resposta do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.”, remetida a 27 de outubro de 2020 (fls. 118 e 119 do PA), evidencia o valor faturado à campanha no montante total de 8.857,45 EUR.

Pelo exposto, verifica-se a existência de uma divergência entre o saldo registado na contabilidade da Candidatura e o saldo registado na resposta do fornecedor “Ilha 10 – Publicidade e Serviços, Unipessoal, Lda.” no valor de 5,66 EUR.

A análise ao extrato de conta de clientes, remetido pelo fornecedor, permitiu verificar que a Candidatura não registou, nas contas de campanha, a despesa no valor de 5,66 EUR, referente a uma placa PVC 3mm – 60x20cm, suportada pela fatura “FA 2020/678”, datada de 23/10/2020 (fls. 120 e 121 do PA).

Esta situação pode constituir uma não discriminação nas contas de todas as receitas e despesas de campanha, ao arrepio do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* do n.º 1 do artigo 15.º e ainda do disposto no n.º 2 (1.ª parte) do artigo 19.º, todos da Lei 19/2003.

Em consonância, a ausência de registo da totalidade das despesas efetuadas na campanha configura uma violação do dever genérico de organização contabilística previsto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, ambos da Lei n.º 19/2003, assim como, viola o dever do disposto no artigo 19.º, n.º 2 (1.ª parte), do mesmo diploma.

No âmbito do exercício do contraditório, pode o Partido vir prestar esclarecimentos e/ou documentos com vista a justificar (a comprovar) a discrepância de valores registados nas contas prestadas pelo Partido e a resposta (discordante) do fornecedor.

5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha da eleição dos deputados à



Assembleia da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, identificaram-se as seguintes irregularidades:

- i. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 4.1.), e;
- ii. Confirmação de saldos de fornecedores da campanha – obtenção de resposta discordante (ver ponto 4.2.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha da eleição dos deputados à Assembleia da Região Autónoma dos Açores 2020, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **Bloco de Esquerda**.

6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o partido **Bloco de Esquerda** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).

Lisboa, 5 de junho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Lígia Ferro da Costa

(Vogal)

Pedro Roque

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)





Lista de Anexos

ANEXO I

Conta resumo – Receitas de Campanha

ANEXO II

Conta resumo – Despesas de Campanha

Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Bloco de Esquerda

ANEXO XI
CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1	44 338,29	53 360,00	-9 021,71
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	11 368,00	9 646,00	1 722,00
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M3	0,00	500,00	-500,00
Subtotal		55 706,29	63 506,00	-7 799,71
Donativos em espécie	Mapa M4	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M5	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Receitas		55 706,29		



ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES - 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: Bloco de Esquerda

ANEXO XII
CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M6	0,00	0,00	0,00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M7	12 608,39	13 720,00	-1 111,61
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M8	12 535,14	13 800,00	-1 264,86
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M9	2 012,80	7 300,00	-5 287,20
Brindes e outras ofertas	Mapa M10	0,00	0,00	0,00
Custos administrativos e operacionais	Mapa M11	28 549,96	28 686,00	-136,04
Outras	Mapa M12	0,00	0,00	0,00
Subtotal		55 706,29	63 506,00	-7 799,71
Donativos em espécie	Mapa M13	0,00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M14	0,00		
Subtotal		0,00		
Total das Receitas		55 706,29		

Data: 9 de junho de 2021

Assinatura: _____

**ENTIDADE DAS CONTAS
E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS**

**Relatório da ECFP relativo às Contas Campanha ALRAA 2020,
apresentadas pela Candidatura do BE – Bloco de Esquerda**

PA 7/ALRAA/20/2020

